

A reforma dos costumes políticos, quando vem?

LUIZ CARLOS LISBOA

A notícia mais interessante da semana, pelo potencial surrealista de suas entrelínhas, é a que se refere aos pedidos feitos pelos novos partidos à presidência da Câmara dos Deputados, para que lhes sejam garantidos seus direitos e regalias no Congresso. Tudo o que o Partido Socialista, o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Democrata Cristão, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Liberal desejam é um gabinete, três assessores, 21 funcionários, um automóvel com motorista, franquia postal e conta telefônica paga. Tudo isso para cada novo partido — isto é, para seu único representante que é também seu líder. O pedido é sério, está assegurado pelo regimento, e as novas agremiações estão lutando bravamente pela sua obtenção.

Os partidos políticos norte-americanos usam um elefante e um burro como símbolos de suas agremiações. Nós podíamos talvez adotar o rinoceronte como representante da nossa vida política considerando a falta de delicadeza dessas tiradas que ornamentam o universo político que conhecemos, e certamente não merecemos. Não há culpados nessa história, por certo, uma vez que ninguém podia supor que um dia seriam transformados em partidos todos os caprichos, títulos e ritmas cabíveis na imaginação e na língua nacionais. Há de ser fascinante ver tantos líderes de si próprios, seguidos de exércitos particulares de consultores, taquígrafas, burocratas sobraçando pastas e assessores DAS, nos corredores e comissões da Câmara. Esses líderes têm o direito de falar em cada sessão, podem discursar na votação dos projetos e podem pedir a palavra repetidamente nas sessões plenárias. Em Brasília, O Estado recolhe a informação de um assessor legislativo, segundo o qual "aquí na Câmara há uma praxe: quem ocupa determinada sala só a deixa quando morre ou quando não se reeleger". É o domínio territorial, o fato consumado, o "cheguei primeiro" da política nacional e do preenchimento dos cargos públicos em todos os escalões possíveis e imagináveis. Não é a nova nem a velha República, é a República eterna...

A repetição pode ser cansativa, mas é natural que assim seja, porque enfim os fatos não mudaram e não retornou o costume de silenciar os importunos. Não há reforma agrária, crescimento do PNB, negociação eficaz com o FMI, Constituinte e tudo mais urgente e essencial que se possa pensar, que resolva a situação do País sem que seja criada uma consciência do que somos (de como somos, mas não necessariamente por que somos) com as consequências que isso acaba tendo para o amadurecimento dos que se vêem nítida e reiteradamente num grande espelho. O noticiário dos jornais e da televisão oferece exemplos edificantes e amostragens muito instrutivas, e basta aplicar os sentidos no simbolismo ali disfarçado para aprender coisas que uma cabeça saudável jamais inventaria.

Dona Aida Amália dos Santos, viúva, dizendo-se filiada ao PDT, foi presa há dias no Rio apenas porque tinha acabado de vender cinco ou seis empregos públicos, com salá-

rios de Cr\$ 3 a Cr\$ 5 milhões. Dona Aida acabou confessando que já vendera 90 empregos, tendo mesmo abandonado a antiga profissão de jogar, búzios uma vez que os rendimentos da nova atividade eram muito superiores. O extraordinário no caso é que as pessoas em geral acreditavam ser possível comprar um cargo de oficial-administrativo na saída do metrô e se não faziam mais negócios era porque poucos dispunham da quantia pedida. Foi esse país que desistiu de educar elementarmente seus filhos, achando mais indicado facilitar as coisas e eliminar os documentos que estimulavam a alfabetização. Enquanto uma minoria discute os temas fundamentais da Constituinte, da negociação com os bancos credores do Brasil, da equivalência salarial, a grande maioria amarga suas dificuldades prosaicas do cotidiano, até que no dia das eleições é levada à cabine indevassável para escolher "alguém ou alguma coisa para algum cargo". Não é tanto a injustiça do desequilíbrio que causa horror, quanto a vocação desastrada para perpetuar o desnível cultural, atrindo para a frente um bumerangue que vai retornar muito em breve.

Temos de começar pelo mais escandaloso, pelo mais visível e revoltante, se queremos de fato seguir nalguma direção. A classe política brasileira é esse grupo que se propõe representar a totalidade ou boa parte dos brasileiros. São quase todos profissionais na sua atuação, porque se convencionou que um homem deve poder dedicar-se de corpo e alma à causa pública, ao bem da Pátria. Será verdade? Digamos que sim. Os devotados e diligentes estão fora disso, mas em sua maioria absoluta os políticos — os que falam com voz trêmula em véspera de eleição, dizem-se amigos incondicionais do povo, intransigentemente "progressistas" nos grandes centros e conservadores no Interior — são quase todos maus atores, misturas perfeitas de ingenuidade e narcisismo, hipocrisia e paternalismo. Agora mesmo como num sonho que se repete como pano de fundo de uma digestão mal feita, em São Paulo e no Rio as antigas personas estão de volta, e se não são os próprios são seus replicantes. O pior do horror ainda está para acontecer: a história corre o risco de se repetir, agora como uma comédia de mau gosto.

A idéia é fazer de todo esse mau teatro um espetáculo de fundo didático, do qual será possível tirar alguma lição. Os novos partidos de um só deputado (que é seu próprio líder), seguidos de um séquito de auxiliares, não se constituem apenas numa visão de Alice no País do Espelho. Esse é também um exemplo da nossa histórica imprevisão, do jogo infantil a que ficaram reduzidas algumas de nossas atividades de adultos. Não há por que transformar Brasília numa versão triste do Disneyworld — com as exceções respeitáveis que é preciso mencionar sempre —, porque afinal o País está mais cansado que o deputado Ulysses Guimarães (que é um político sério e já combateu em muitas eleições) e tudo o que deseja agora, presidente Sarney, talvez seja uma cadeira para sentar e ver no que vai dar a Nova República.